

---

## *Sátira, liberalismo e ironia no 1808..., de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo*

*Satire, irony and liberalism in the 1808... of de Laurentino Gomes:  
a critical contribution to the mythologies of presentism*

**Rodrigo Bragio Bonaldo\***

---

**Resumo:** Este artigo reflete sobre o fenômeno *livros de história escritos por jornalistas*. Para tanto, foca-se um caso específico: a obra *1808...*, de autoria de Laurentino Gomes. Compreende-se que a chamada “narrativa jornalística da história”, desprovida das mediações metodológicas e conceituais que a linguagem acadêmica e a teoria da história propõem, cria uma representação do passado cujo compromisso estético está unicamente ligado à sensibilidade temporal e espacial do leitor. A impressão de realidade determinada por esse gênero textual baliza-se, portanto, de maneira bastante livre, em torno dos ensejos do presente.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Narrativa da história. Presentismo.

**Abstract:** This article suggests a reflection on the so called *journalistic narrative of history* trend, focusing on its year’s most relevant example: Laurentino Gomes’s *1808*. I wish to pointing out that this sort of text, rejecting theoretical approaches and academic vocabulary, results in a representation of the past that holds an aesthetical promise with reader’s temporal and spatial sensibility. Thus, the reality effect in writing of history lies freely within presentist positions.

**Keywords:** Journalism. Historical narrative. Presentism.

---

\* Mestrando em História pela UFRGS. Bolsista do CNPq. *E-mail:* rodrigobonaldo@yahoo.com.br

Os historiadores não levam muito a sério Bueno e Laurentino. Deveriam. Com suas obras, eles introduzem no imaginário da sociedade uma versão ordenada e facilmente assimilável da nossa História. Ao longo do tempo, esta visão se sedimenta e vira verdade, para o cidadão comum. Por exemplo, dissemina-se a idéia de que D. João VI era medroso e bobalhão, tantas vezes desmentida por pesquisadores. Outro exemplo: lá pelas tantas Laurentino escreve: “Sob o calor único dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar” – transcrição quase literal de um membro da Missão Francesa, que reflete uma visão eurocêntrica do Brasil. (TRIGO, 2008, s. p.)

Os livros de história escritos por jornalistas formam um dos fenômenos editoriais mais interessantes do tempo presente. A obra *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, de autoria do jornalista Laurentino Gomes – também diretor da Editora Abril – transformou-se no *best-seller* do momento. Foi o texto de não ficção mais vendido nas livrarias brasileiras por pelo menos oito meses. Em sua oitava edição, no ano de 2009, foi também lançado em terras lusitanas. Sempre sensíveis às estratégias com que o presente torna funcional as investidas do passado, essas modalidades não acadêmicas de escrita da história tendem a atender às crenças de seu público, frequentemente, agendando-se a partir delas. (SARLO, 2007, p. 13). A questão que se põe diante dos historiadores profissionais – para além da derrisão ideológica ou do ronronar oportuno, duas faces sectárias da mesma busca por uma “reserva de mercado” – seria a de procurar entender as características particulares dessas representações não historiadoras do passado, questionar sobre seus critérios valorativos, suas apropriações documentais, suas fórmulas explicativas e seus modos de narração, suas atribuições de sentido. Entendida quase como um capítulo de uma história intelectual do tempo presente,<sup>1</sup> a crítica historiográfica de não historiadores<sup>2</sup> pode, assim, atrevendo-se a subverter a célebre sentença de Certeau (2000, p. 65), perguntar, quem sabe, o que fabrica o jornalista quando escreve sobre história?

“As pessoas fazem a História, mas raramente se dão conta do que estão fazendo.”

(Christopher Lee, *This Sceptred Isle – Empire*. Epígrafe da obra *1808...*)

Quem, diabos, foi Christopher Lee? Ah! Um romancista obscuro do século XIX, o qual Marx, grande erudito e voraz leitor, acabou por glosar

mesmo que involuntariamente – pensa o leitor solidário. O ator mundialmente famoso por interpretar o Conde Drácula – retruca o irreverente. Apenas a prova de um anticomunismo baixo – defende, por fim, o apaixonado. De fato, nascido em 1941, Lee não *foi*, mas *é* jornalista da BBC. Então, perguntemo-nos: por que Gomes lança mão dessa estranha epígrafe? Simples e ingênuo desconhecimento do autor sobre a obra do filósofo alemão? Capitulação aos compromissos com a *audiência*, em processo tão magistralmente definido por Bourdieu (1997) como próprio do campo jornalístico, enfim, trato cuidadoso com um *público-alvo* que, temeroso (ou imaginado assim pelo jornalista) ante uma leitura que já começaria fulminante em citações *subversivas*, prefira um nome de todo desconhecido como referência de genialidade? Descompasso valorativo em relação à obra marxiana, ou ainda uma recepção intimista da máxima de que os “homens fazem a história”? É por esse tipo de pergunta que deve começar nossa investigação sobre a obra *1808*... São questões que dizem respeito ao uso das fontes, à apropriação jornalística também das representações historiadoras que, assim, determinam, no fundo opaco do labor investigativo, as possibilidades de visualizar uma intencionalidade da escrita.

Começemos pela superfície, isto é, pelos objetivos confessos da obra. A imagem mais pitoresca a respeito da família real portuguesa, consagrada, em parte, graças à memória republicana do período, é a de D. João VI devorando coxinhas de galinha retiradas dos bolsos. Trata-se de uma dessas anedotas escolares, que a mídia, hoje, gosta tanto de reproduzir. O caso do filme “Carlota Joaquina: a princesa do Brasil”, de Carla Camurati, é bem lembrado. É contra esse tipo de, digamos, estereotipização das personagens, que se levanta nosso autor, à parte, é claro, de uma inspiração relativamente heredoteana:

O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás. (GOMES, 2007, p. 20).

Assim, a composição bibliográfica de Gomes toma forma e avança a partir, por um lado, da delimitação do evento – *1808* e a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro – e, por outro, da sua proposta inicial – a reabilitação dos personagens considerados centrais. Dessa forma, ele chega com naturalidade até a obra de Lima. O texto mais importante do historiador e diplomata pernambucano – *D. João VI no Brasil* – fora publicado em

1908, durante o centenário da transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, traduziu-se em uma tentativa consciente de reabilitar a figura do monarca lusitano. Lima, biógrafo de El Rey, tentara passar a imagem de um D. João VI popular, amado inclusive por seus aspectos pitorescos e reconhecido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como o “verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”. (LIMA, 1996, p. 21). A proposta de mudança no *ponto zero* da história do Brasil – do ídolo de 1500 para um mítico 1808 – demonstra, por um lado, o processo de desenvolvimento e institucionalização da historiografia brasileira e, por outro, uma intensa disputa de memória sobre a dinastia lusitano-nacional. Gomes dá-se conta disso,<sup>3</sup> embora não faça questão de avançar na polêmica. E parece não o fazer por um princípio essencialmente jornalístico.

Aparentemente, ao menos, inexistente aqui uma fenomenologia – ou uma crítica – da autoridade testemunhal. O processo de credenciamento das fontes (RICOEUR, 2007, p. 163), da avaliação de seu potencial fiduciário, passa antes pela autoridade do “eu estudei isso” do que a do “eu estive lá”. Em um nível mais concreto, esse descompasso formula-se pela não utilização de fontes primárias por parte do jornalista que, a partir daí, autoriza comentários e afirmações dos “estudiosos que se dedicam ao difícil e paciente trabalho de pesquisa” (GOMES, 2007, p. 23) em tais documentos. Em um nível mais abstrato, corresponde ao princípio jornalístico das fontes qualificadas – ao comunicador social, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em opiniões ou interpretações,<sup>4</sup> juízos delegados a autoridades mais competentes.

O resultado é um estilo argumentativo muito próximo do jornalismo diário. Para afirmar, por exemplo, a hipótese de que a dependência de uma economia extrativista é causa direta do não desenvolvimento manufatureiro de Portugal, Gomes recorre à autoridade de uma economista, Eliana Cardoso: “A tendência de a abundância de riquezas naturais enfraquecer as instituições e solapar o desenvolvimento sustentado das nações é quase uma maldição”, diz a acadêmica e, que agora, faz questão de acrescentar *jornalista*, “Ph.D. pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e professora visitante na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo”. (GOMES, 2007, p. 61). A afirmação confirma a tese esboçada por Gomes nas páginas anteriores, a de que Portugal – escasso em recursos demográficos e financeiros e atrasado nas ideias políticas e nos costumes – acabara por se tornar refém “do dinheiro fácil, como os ganhos de herança, cassinos e loterias, que não exigem sacrifício, esforço de criatividade e inovação, nem investimentos de longo prazo em educação e criação de leis e instituições duradouras”. (GOMES, 2007, p. 60).

Historiadores figuram como autoridades intermediárias entre a asserção presentista (isto é, voltada à sensibilidade e ao cotidiano do leitor) de Gomes e a afirmação nomológico-putativa de Eliana Cardoso. Para justificar o atraso do mercantilismo português em relação à Revolução Industrial britânica, recorre-se também a Lília Schwarcz e a Sérgio Buarque de Holanda. (Apud GOMES, 2007, p. 60). Os exemplos podem ser repetidos aos montes. “Analisou o historiador”, “conta”, “relata”, “escreveu a historiadora, uma autoridade no assunto” são frases recorrentes em toda obra.<sup>5</sup> Atores e agentes na narrativa jornalística – alterando seu sentido e deslizando pela tessitura do enredo – as autoridades historiográficas aparecem como quase personagens da intriga histórica.<sup>6</sup>

E o que faria o jornalista diante da possibilidade de suspeita dos qualificados, dentre aqueles que dizem: “Ei, sou douto! Acreditem em mim.” E se fosse criado, por fim, um “espaço de controvérsia no qual vários testemunhos e várias testemunhas se vêem confrontados” (RICOEUR, 2007, p. 173), ou, no nosso caso, um lugar no qual diversas autoridades sobre passado entram em franca contradição? E quando, finalmente, se fizesse ouvir Sarlo, em seu ponto zero, a sussurrar: “O passado é sempre conflituoso?” (SARLO, 2007, p. 9). Seria nesse lugar de debate, que já foi chamado “espaço público” da historiografia (RICOEUR, 2007, p. 173), que se manifestariam as circunstâncias de uma crítica dos testemunhos (ou do debate entre nossos doutores). Portanto, perguntemos, agora, como se portaria o jornalista ou, melhor dizendo, nosso autor Gomes, diante da mediação entre as autoridades historiográficas? Faria ele o papel daquele sujeito engravatado que apresenta os assuntos, dispõe as questões e, por vezes, intervém com pretensões didáticas segundo a ordem das chamadas?

Antes que possamos trabalhar em torno dessas perguntas, gostaria de relacioná-las a um outro conjunto de questionamentos igualmente fundamentais para a problematização da intencionalidade das representações jornalísticas do passado. Afinal, por que escrever um livro sobre a fuga da família régia para o Brasil? E que tipo de livro escrever sobre o tal evento? Nas academias de história, existe a figura do orientador ou de uma banca, os quais, enquanto são manifestações discursivas do saber-poder institucional, detêm a autoridade de delimitar certos objetos, requisitar a justificativa de uma problemática e, enfim, barrar certos projetos com base em critérios próprios ao lugar social do historiador. No jornalismo, existem os editores, as hierarquias de redação<sup>7</sup> e, como não poderia deixar de ser, os interesses essencialmente econômicos.<sup>8</sup> Em 1997, conta-nos Gomes, que Tales Alvarenga, diretor de redação da revista *Véja*, encomendou uma série de

especiais históricos a serem distribuídos com a revista. A princípio, o projeto incluiria o Descobrimento, a fuga da família real e também a Independência. No entanto, apenas o primeiro acabou sendo impresso. (GOMES, 2007, p. 14). Talvez fosse interessante notarmos aqui que a publicação tardia do título *A Aventura do Descobrimento* (já em 2000) o tivesse colocado em um mercado saturado de publicações do gênero, inclusive algumas extremamente bem-sucedidas, como aquelas de autoria de Bueno, lançadas ainda em 1998. (BUENO, 1998). O fato é que nenhum outro colecionável histórico acabou sendo publicado e distribuído com a revista *Veja* naquele período. E sobre o especial a respeito de D. João VI, o editor “decidiu cancelá-lo por falta de ‘gancho’, expressão que, no vocabulário das redações significa motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada”. (GOMES, 2007, p. 14). Mais uma vez, uma obra estava interdita pelos critérios de um lugar. É claro que, assim como todo pesquisador, Gomes também teve a possibilidade de se deixar levar pelo simples interesse de conhecer. Seguiu em frente, guiado pela “paixão que o tema e os personagens” lhe despertaram (GOMES, 2007, p. 14). Mas não seria pela geração espontânea de páginas ou apenas pelo autopatrocinio voluntarista que o livro viria a se tornar uma realidade material: acabou reencontrando seu caminho como produto daquele mesmo lugar que o havia negado. Duzentos anos após a chegada da família real, a efeméride de 2008 viria a lhe dar forma. O assunto havia se tornado de interesse público,<sup>9</sup> o passado tinha a possibilidade, enfim, de virar notícia.<sup>10</sup> E tal foi o resultado, “dez anos de investigação jornalística”. (GOMES, 2007, p. 13) implicadas na identidade de uma obra que se autointitula como um “livro-reportagem”, que não tem a “pretensão de ser um livro acadêmico”, mas que se baseia em informações, relatos e documentos históricos “exaustivamente apurados e checados”. (GOMES, 2007, p. 24).

Quais são as implicações epistemológicas de uma pulsão de representar o passado tendo em mira, como uma quase problemática, o interesse público do presente? Como pensar o ontem como reportagem, *colonial history as news*? Tomado como metáfora, o oxímoro de Flaubert: *bien écrire le médiocre* – expõe a necessidade contraditória, sempre diária, ao jornalista: procurar a novidade, cotidianamente, no presente. No jornalismo que escreve sobre história, a tarefa não é menos complexa e patentemente contraditória: é preciso buscar a novidade no passado. De que modo fazê-lo? Ao falar em interesse (do) público, convém nos lembrarmos da implicação que aqui mais nos interessa levar em consideração, que seria precisamente a dimensão do receptor. Como, enfim, as pessoas se apropriam da história é uma preocupação confessa de Gomes, tanto quanto é uma justificativa do seu

trabalho. Ao seu esforço, soma-se, então, um segundo e manifesto objetivo do livro (o qual já figura como recorrência nas narrativas jornalísticas), o de

tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos. (GOMES, 2007, p. 20-21).

Podemos cercar aí a primeira tentativa de construção de uma novidade (*news*) sobre o passado: sua *forma* mais acessível ao repertório literário do público leigo.<sup>11</sup> Para compreender uma segunda, voltemos, então, ao espaço de controvérsias e nos centremos no posicionamento cívico e relativamente herodoteano explicado por Gomes em sua já citada introdução: salvar a história da Corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento e devolver a seus protagonistas a dimensão mais correta de seus papéis bicentenários. O desafio colocara em xeque, como vimos, uma série de representações derrisórias da corte lusitana, no geral, e de D. João VI, em particular. Voltemos ao monarca, o protagonista central. A forma pela qual Gomes constrói essa personagem é intrigante: dispõe um bom número de informações pitorescas lado a lado, como que convidando o leitor a escolher a que mais lhe afeiçoar:

Luiz Norton: “Era fisicamente grotesco e a sua obesidade doentia lhe dava um ar pacífico e simplório.”

Pandiá Calógeras: “Era querido, mas também carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas. Lograva realizar seus intuitos pela força tremenda da apatia e do adiamento. Triunfava cansando seus adversários.”

Lilia Schawarcz: “Apagado e sem voz ativa.”

Oliveira Martins: “Sofria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorroidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beijo, sem vida, peculiar dos Bourbons.”

Oliveira Lima: “Baixo, gordo [...] tinha de aristocrático as mãos e os pés muito pequenos, mas de vulgar as coxas e pernas muito grossas mesmo em relação à corpulência, e sobretudo um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção, na qual avultava o lábio inferior espesso e pendente dos Habsburgos.” (GOMES, 2007, p. 169).

A disposição por empilhar descrições qualificadas, sem, no entanto, realizar um esboço de crítica ou tentativa de cruzamento, revela, por um lado, um suposto respeito ao estatuto profissional do historiador e, por outro, a interpolação de uma fórmula explicativa por implicação ideológica:<sup>12</sup> o liberalismo midiático, configurado desde as etapas documentais da operação historiográfica, que concede à livre escolha do leitor certas trilhas nos caminhos da narrativa.<sup>13</sup> Como estratégia de fazer-creer num nível discursivo, ao lado da novidade do real, temos a celebração da diversidade de opiniões sobre ele. A autoridade documental parece, assim, reinar sobre a coerência narrativa, mas será ela mesma, a narrativa, que vai fazer impor sua força e lhe tecer uma intriga. Aqui o episódio das “coxinhas” de D. João VI é preciosamente didático. O historiador selecionado por Gomes para falar sobre o assunto é Calmon de *O Rei do Brasil: vida de D. João VI*. A narrativa original, parcialmente reproduzida pelo jornalista, é a seguinte:

A sua roupa habitual foi uma vasta casaca sebosa de galões velhos, poída nos cotovelos, cujas largas algibeiras, como alforjes milagrosos, guardavam a sua merenda, os seus bilhetes, o seu rapé – e depois, no Rio de Janeiro, uns frangos assados em manteiga, sem ossos, que devorava, vários ao dia, no intervalo das refeições. (CALMON, 1943, p. 77).

Por que as “coxinhas” aparecem em cena apenas depois, no Rio de Janeiro (aliás, um trecho não citado por Gomes)? Pedro Calmon, para fazer essas afirmativas, recorre a um historiador mais antigo, Martins. Monarquista português, historiador, jornalista e ativista político, Martins parece um tanto mais simpático à figura de El-Rey. Embora medroso, o D. João VI de seus escritos tem motivos mais concretos do que hemorroidas ou patologias psicofisiológicas para seus temores, solidão e depressões:

O isolamento do regente, aquela repugnância por toda a família, nublara de horrores o futuro. Se ela finasse ninguém deixaria de acreditar nalgum veneno ministrado como de resto corria acerca da morte de D. João VI. Que comera uma laranja no dia em que fora a Belém ver a procissão dos Passos dos jardins da quinta da Praia e nela ía a peçonha, asseverava-se. É que desde há muito sua magestade não provava colher de comida, nem mesmo os manjares mais raros, sem primeiro sujeitar os pratos ao paladar duma negra velha dedicadíssima, que jamais deixava de estar ao alcance de sua voz. Daquela vez, na real instância, devorara e morrera. O habito de trazer nas algibeiras os frangãos assados, é verdade que sem o menor osso, vinha mais da desconfiança de o envenenarem do que da sua guloteneria



enorme mas de saciamento fácil em qualquer palácio, moradia ou paragem, onde poderiam seguir mantenças, copas, cosinhas em carros populares. Não. El-rei tinha medo; El-rei tremia a toda hora. (MARTINS, 1922, p. 207-208).

No Rio de Janeiro, D. João VI começara a temer por sua vida, dadas as possibilidades de conspiração que via por todos os lados. Essa explicação, de algum modo, politiza o episódio das “coxinhas” e lhe retira boa parte das características de *fait divers* (deixando de ser uma narrativa total, autossuficiente, isolada do mundo,<sup>14</sup> mas que não aquietta o caráter pitoresco ou caricato. Existem, é claro, muitas outras narrativas que não lhe fazem quaisquer contextualizações. Afinal, pelas sutilezas do esquecimento – mesmo que seja a não lembrança dos possíveis documentos que cercam a narração de um fenômeno – pode-se buscar as implicações intencionais de uma formulação textual. Tal é o caso de Mello Barreto Filho e Hermeto Lima em sua *História da Polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca*, de 1939.

À mesa, tinha sempre um apetite devorador. S. m. gostava muito de frangos e comia três durante uma só refeição. Era seu cozinheiro um tal José Cruz Alvarenga, que com ele viera de Lisboa. “Só o Alvarenga é que me sabe fazer os frangos como gosto” – dizia ele, quando conversava com os seus íntimos sobre assuntos gastronômicos. As comer os frangos, sacudia para longe o garfo e a faca e não tinha cerimônias: comia-os com as mãos, atirava os ossos ao chão e em seguida limpava os dedos, cheios de gordura, a um guardanapo de linho, que também sacudia depois fora, à guise de bola de papel. (BARRETO, HERMETO, 1939, p. 196-197).

Apesar de seu endosso às teses de Lima, reabilitadoras da figura de D. João VI, é essa imagem do monstro glutão, indeciso, fraco e medroso que marcará o texto de Gomes. Enfim, relativamente ao problema das fontes, o princípio *liberal* de exposição (presente na esfera daquilo que é explicitado na escrita) de modo algum anula a impossibilidade de o texto se furtar à *autoridade* de selecionar o que expor. O liberal-autoritarismo textual – como não dito da representação *mise en scène* literária – acaba por revelar a limitação do lugar e uma composição de sentido: D. João VI, assim como outros personagens desse período, “podem ser, sim, incredivelmente caricatos, algo que se poderia dizer de todos os governantes que se seguiram, inclusive alguns muito atuais” (GOMES, 2007, p. 20), confessa, em tom de conclusão, o jornalista. A vitória do estereótipo soa como frustrante: afinal, a

representação de Carla Camurati, tão criticada pelo autor, seria historicamente factível? Ao que parece, sim. Todas as fontes consultadas – e ausentes de uma fenomenologia da memória, desmotivadas a uma crise epistemológica – parecem confirmar. Não se esconderia agora, dadas as reincidências documentais (inclusive as referências sobre casos da atualidade), o gosto jornalístico pelo pitoresco e pelo *fait divers*. Mas, ora, não foi uma criação a caricatura de, digamos, Jânio Quadros? Não foi alguém que lhe tirou uma foto, de pernas cruzadas, como que sem saber para onde ir? Não tivemos, mais recentemente, um jornalista estrangeiro, de serviços curiosos, que tentou construir a imagem de um Lula bêbado ao melhor estilo Boris Yeltsin? Não temos, pois, documentos ao redor das narrativas, por mais que elas se queiram autorreferentes, esgotadas em si mesmas? E esses documentos não estão, também eles, amarrados a lugares sociais de produção?

Gomes, ao reproduzir a imagem de um D. João VI glutão, caricato e pitoresco, caiu em um estereótipo retroativo. Sua compreensão passava por uma capacidade de leitura hipertextual. Mas não, ele não foi desmontado. A ausência de uma fenomenologia da memória, de uma crítica dos testemunhos (aqui autoridades historiográficas, as fontes que dizem “eu estudei isso em profundidade”), de uma análise daqueles que se imaginam sempre à vereda dos rastros do passado, tomou o seu lugar. Mesmo nos mantendo nas teorias da comunicação, terreno muito próprio aos jornalistas, os estudos sobre a estereotipização do real se mostrarão tão clássicos quanto os primeiros trabalhos de Lippman. Ainda na década de 20 do século passado, ele defendia que a nossa relação com a realidade não se formula de maneira direta. Ela é mediada por imagens que formamos em nossa mente – *pictures in our head*. (LIPPMAN, 1922). Dessa forma, “percebemos a realidade não enquanto tal, mas sim enquanto a imaginamos”. (HOHLFELDT, 2001, p. 192). A representação do glutão, imaginado negativamente pelo jornalista no presente, é uma imagem distante que só toma significado em relação à apropriação que fazemos dela. Poder-se-ia seguir o caminho de uma contextualização vertical, rumo à longa duração, e sugerir a gula como bem-vista pela ética aristocrática, à qual a realeza estava vinculada. Há cronistas medievais que relatam a recusa em aceitar o Duque de Espoleto como novo rei dos francos em virtude de seu apetite nunca satisfeito.<sup>15</sup> Sinal de distinção social na cultura nobiliárquica, os medievalistas e estudiosos da aristocracia não teimam em relacionar alimentação e poder. Sem nenhuma sorte de historicização no texto de Gomes, a imagem joaniana desliza, no entanto, em direção ao *fait divers*. Resta ao jornalista afirmar que o “Brasil de D. João VI não se resume a graçolas” e tentar trabalhar outros espaços dessa

temporalidade – as cidades do Rio de Janeiro e Salvador, a corrupção das Cortes, a escravidão, os relatos de viagem, o perfil de alguns outros personagens, etc. Mas, no que diz respeito à narrativa política, central para a obra, dos fatos e seus desdobramentos, não lhe restará nenhuma alternativa senão a defesa do tropo da ironia como figura de linguagem na explicação: no fim das contas, um príncipe medroso e de estômago voraz enganou Napoleão e ajudou a mudar a história de Portugal e do Brasil.

Esse *príncipe medroso* é representado a partir da apropriação documental de relatos que tentam dar vida à intimidade do monarca. Trata-se, na sua esmagadora maioria, de obras escritas no início do período republicano. Por que utilizá-las? Ora, durante décadas, a historiografia profissional, em seu projeto construtor de uma cientificidade, afastou-se não apenas desse tipo de abordagem literária, como também, frequentemente, de tais objetos clássicos. O movimento dos *Annales* é apenas o exemplo que nos parece mais significativo. Simplesmente não existem muitos outros estudos do tipo, coisa que Gomes parece lamentar quando cita a obra de Lima, escrita há exatos cem anos, como sendo ainda a mais importante obra sobre o período joanino. (GOMES, 2007, p. 21). Isso aconteceu não apenas no Brasil ou na França, mas também nos Estados Unidos, cujos sinais desse desvio, ainda no fim do século XIX, começam a se tornar evidentes.<sup>16</sup> No Hemisfério Sul, como no Norte, as narrativas jornalísticas (ou “não acadêmicas”) da história justificam-se por preencher uma lacuna que a historiografia profissional teria deixado por vontade própria. (LEMANN, 1995, p. 789). Esse fenômeno pode ser entendido, por um lado, como uma resposta tardia à “morte do sujeito”, cuja reação fica circunscrita à guinada subjetiva dos últimos 30 anos (SARLO, 2007, p. 29-44); por outro, como parte da atitude jornalística de responsabilizar os trabalhos acadêmicos pela não acessibilidade de seu repertório linguístico diante do grande público.

Não se estranha, então, que Gomes celebre os “poucos historiadores [que] se arriscam a entrar na vida íntima de D. João VI”. (2007, p. 172). E não é de se estranhar também que ele busque pintá-la num tom bastante literário. À forma por ele escolhida, damos o nome de *perfil jornalístico*. O perfil trata de incluir o personagem dentro de um cenário, de um espaço e de uma temporalidade. Mas, ao invés de focar sua ação, em um primeiro momento, tende a dar lugar à descrição. Antes de ser um protagonista da história do Brasil, D. João VI fora protagonista de outra história, a história de sua vida. D. João VI se distingue do homem comum: é o último monarca absoluto de Portugal. Por isso mesmo, é notícia. Sobre o retrato jornalístico dessa tipologia de personagem – o personagem indivíduo – diz Sodré:

Nesse tipo de perfil, portanto, o retrato é mais psicológico do que referencial – o interesse recai sobre a atitude do entrevistado diante da vida, seu comportamento, a peculiaridade de seu modo de atuação. O narrador, logicamente, acentua esse dado e desde o início confere ao texto um caráter de imprevisibilidade. (1986, p. 134).

Ao longo de seu texto, Gomes dá cabo a uma sucessão de outros perfis jornalísticos, o que, de fato, torna a leitura por demais agradável: Perereca, Carlota Joaquina, o Chefe de Polícia, o Arquivista Real, e mesmo as Cortes, a própria cidade do Rio de Janeiro e até a escravidão podem ser recolhidas nesse gênero. Em muitos desses perfis, a referencialidade, é claro, impera sobre as dimensões subjetivas dos atores. Mas, no caso, específico de D. João VI – possivelmente pela unicidade do personagem que o uso das fontes de Gomes fixou-lhe no texto –, a descrição da personalidade íntima, a captura de sua dimensão subjetiva, é narrada como formuladora de condições de possibilidade da agência posterior. Não fosse a atuação de três outros personagens, conselheiros e ministros de El Rey, a biografia de D. João VI estaria “aparentemente condenada ao fracasso caso dependesse apenas dos traços de sua própria personalidade”. (GOMES, 2007, p. 176). A “redução de escala” é uma via de mão única.<sup>17</sup> Para além da decadência genética da casa de Bragança, a explicação das idiosincrasias joaninas passa pela poética da história. No capítulo sobre os reis enlouquecidos, Gomes relaciona a demência de George III e de D. Maria I ao espectro das revoluções burguesas na Europa. (GOMES, 2007, p. 36-44). O “simbólico”<sup>18</sup> assume uma forma retórica da argumentação contextualista.<sup>19</sup> O perfil jornalístico, outrossim, mergulhando na intimidade da personagem e a descrevendo como inerente à formação individual, encerra a discussão e celebra o *fait divers* como narrativa fechada, total, exclusiva, independente do mundo. Sua metacontextualidade é também o maior trunfo de empatia literária da obra. Encaixa-se à sensibilidade contemporânea na mesma medida em que seus repertórios e significados estão diretamente relacionados com os do tempo presente – contextualizando-se *nele*, e não, no estatuto ontológico do passado. Glotonaria, feiúra, hábitos pouco higiênicos, todos eles signos que recebemos com um olhar de nojo e reprovação: o *fait divers*, por negação de valores, faz de D. João VI um de nós. A impressão de realidade é uma cruel estratégia de fazer-creer. Nela se nega também o tempo. El Rey está vivo. El Rey quase arrotta em nossa cara. Revidamos o gesto com um olhar de asco e, certamente, espanto por termos de conceber tamanha caricatura como fundadora de nossa nacionalidade. Precisamente aqui o enredo cômico, integrador, festivo

– que nos pinta Lima –, entra em choque com a apropriação satírica que lhe faz Gomes. O oxímoro é produto da tensão barroca entre a implicação liberal, a autoridade das fontes e a intriga narrativa (o modo como a história é vazada). É o resultado da oposição entre aquele que disponibiliza um sem-número de relatos, “respeita” sub-repticiamente o poder indelével das autoridades historiográficas – não obstante selecionando-os –, e a reação narrativa que com sua força busca impor ordem e enredo ao caos de asserções.

O País que nasce em 1808 não é mais do que um prelúdio do velho Brasil de 2008. O peso do passado, como uma carga inalienável, lhe cava sulcos na identidade presente. “Em muitos casos, a liberdade era um mergulho no oceano da pobreza composto por negros libertos, mulatos e mestiços, à margem de todas as oportunidades”, diz o jornalista, mas os eventos lamentáveis da história não se encerram, como aquisição de conhecimento aos espectadores, perpetuando-se num drama de disjunção: “Um problema que, 120 anos depois da abolição oficial [...], o Brasil ainda não conseguiu resolver” (GOMES, 2007, p. 258), acrescenta com empatia retórica. A sátira jornalística, percebendo a velhice do mundo – como sintoma do excesso de experiências e carência de expectativas – observa o fardo da história por todos os lados. “Heranças mal resolvidas em 1822, todos esses problemas permaneceriam, nos duzentos anos seguintes, assombrando o futuro dos brasileiros – como o fantasma de um cadáver insepulcro”, conclui Gomes (p. 261). A história volta a si própria, como o “retorno do Mesmo no Diferente” (WHITE, 2007, p. 26), ao passo que o Banco do Brasil, liquidado em 1829, vive, hoje, “sua segunda encarnação, na qual teve momentos muito semelhantes aos de sua origem, ao financiar, sem garantias, políticos, usineiros e fazendeiros quebrados”. (GOMES, 2007, p. 192). Nesse ponto, é claro, a implicação ideológica liberal toma forma na explicação satírica, a ponto de interpolar um referenciamento no presente à argumentação contextualista. A Corte portuguesa, sua Ucharia Real, perdulária, corrupta e parasitária, acompanha sem quaisquer mediações teóricas (como um bem-vindo debate a respeito do conceito de corrupção em um regime absolutista) os movimentos atuais da política. (GOMES, 2007, p. 188-195). Enunciados aparentemente analíticos e descritivos acabam por se combinar em uma assunção prescritiva. Enquanto dá vida aos seus atores, a narrativa jornalística mantém um de seus olhos na composição da intriga que os enredará e, outro, na sensibilidade dos leitores que os vão apreciar. A dimensão do receptor é tratada, como vimos, quase como dever cívico e é certamente uma justificativa de trabalho. O convocar da afetividade contemporânea se faz evidente em diversas remissões presentificadoras do

passado, algumas com evidente inspiração contrafactual. Vejamos como Gomes inicia o primeiro capítulo de seu livro:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para a Austrália, sob proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília. Abandonado pelo governo e todos os seus dirigentes, o Brasil estaria à mercê dos invasores, dispostos a saquear toda e qualquer propriedade que encontrassem pela frente e assumir o controle do país por tempo indeterminado. Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e traição. Depois, medo e revolta. E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha britânica. (2007, p. 29-30).

Propostas diferentes de representação do passado, as narrativas historiadora e jornalística, enquanto são práticas sociais, partem de princípios não ditos de produção que lhes são próprios. Entre o “imagine que”, o “provavelmente” e o “foi assim que os portugueses reagiram”, existe uma linha essencialista de interpretação cujo ponto de partida e chegada é a própria contemporaneidade. Entre o exercício de imaginação contrafactual e o interesse das curiosidades cotidianas, uma relação igualmente circular. O contextualismo, mais uma vez, ao operar com um dos olhos no *hic et nunc* ou, melhor dizendo, ao construir “fios” que ligam um evento a um contexto que lhe seria cronologicamente muito posterior, confunde-se com o presentismo em sua acepção cronocêntrica. O tempo do jornalismo, assim como o da memória, parece ser o tempo presente. Mais do que isso, a contrafactualidade – assim como o *fait divers* – coloniza o passado. Os princípios da legitimidade de um “livro-reportagem” o amarraram ao interesse (do) público, que se desenvolve ao redor do repórter. Para o historiador, as “leis silenciosas” que organizam seu espaço textual (CERTEAU, 2000, p. 65-66) colocariam muito em descrédito obras que não problematizassem a representação de continuidade entre elementos tão volúveis quanto a “sensibilidade das massas” e, possivelmente, ainda mais, teses que trabalhem com o inglorio “e se”. A disposição da escrita jornalística, nunca é demais

lembrar, põe em jogo interesses de uma potência que influencia de forma marginal (ou esporádica e restrita, reclamariam alguns) a operação historiográfica: o tempo da reportagem é também o tempo do mercado. O lugar social do jornalista, alongado pelo interesse público, é um espaço habitado por milhões de almas; o do historiador (lamentemos em nossas torres de marfim!) contaria alguns poucos fogos. Assim se imagina, legítima, representa e se constrói a identidade de um “livro-reportagem” (GOMES, 2007, p. 24), de uma “investigação” (GOMES, 2007, p. 13) sobre o passado ou, arriscando-nos a endossar um conceito, de uma narrativa jornalística da história.

Inútil seria agora fomentar uma miríade de comparações, tentar demonstrar, aqui e acolá, como essa narrativa jornalística da história peca por falta de rigor ou mendicância teórica se a alocarmos ao lado de produções acadêmicas. Ao criticar Gomes por aliar-se à suposta cientificidade da historiografia – pela sua falta de interesse numa crítica da memória republicana, manifesta em boa parte dos historiadores por ele referenciados – não precisaríamos, enfim, ao historicizar a produção historiadora, também relativizar sua condição disciplinar como construção datável? Varnhagen fora militar e diplomata; Tarquínio de Souza, advogado e jornalista; Oliveira Lima, crítico e embaixador. Da mesma forma que o *dever de memória* pode construir fontes para o trabalho histórico, um *dever de história*, ancorado em um saber teórico, não teria a capacidade de organizar material para memórias disciplinares? Se “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9), ao menos para a historiografia, poderíamos nos consolar. Esse arresto do atual deveria partir do paradoxo de fincar sua identificação no bojo por historicizar a temporalidade. Ao entendermos dessa forma, isto é, ao entender o *lugar de onde eu falo*, fica difícil não reconhecer a legitimidade de um trabalho como o de Gomes. Mais difícil, ainda, no entanto, seria não reconhecer, a partir da crítica historiográfica da obra desse historiador não acadêmico, que sua composição estrutural não corresponde, em boa parte, a determinações de um lugar. Que esse estilo historiográfico, baseado em um enredo satírico, com implicações claramente liberais, vazado no modo irônico e impugnado a todo momento por uma argumentação contextualista, metacontextualista e presentista, não seja o produto acabado de uma prática profissional ao mesmo tempo muito parecida e muito distinta daquela do historiador. Um jornalismo que vive no centro da aceleração histórica – na era do “presente perpétuo e insaciável” de que nos fala Hartog (2003, p. 28) – sempre à espreita da notícia e da novidade, mesmo que ela habite o tempo passado, mesmo que esse passado precise ser presentificado.

## Notas

---

<sup>1</sup> A história do tempo presente – ao lado de suas diversas nomenclaturas – vem sendo entendida, por um lado, a partir dos fenômenos associados ao “retorno do acontecimento”, mais frequentemente relacionados aos objetos do político e, por outro, a uma perspectiva que parte do reconhecimento do historiador como contemporâneo dos acontecimentos que estuda. Entendo, com Franco e Levin, que a especificidade de uma história do presente não deve ser definida cronológica (o “atual”, ou “imediato”) ou metodologicamente (no que tange à delimitação de objetos específicos), “mas sim, primordialmente, a partir de questões sempre subjetivas e sempre em mudança que inserem as sociedades contemporâneas e que transformam os fatos e processos do passado próximo em problemas do presente”. (FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007). Nessa perspectiva, que me parece compatível com a de Ricoeur, abre-se a possibilidade de se pensar um presente *alongado no passado*, sobre o qual a historiografia tem o papel de ser “cruel, [de fazer] sangrar e ferir”, de, enfim, remar “totalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma”. (NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J. (Coord.). *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 53). Isto é, no meu caso, de uma história intelectual que deva lutar contra representações do passado que se fazem como espelho dos interesses do presente, que se agendam, enfim, a partir

da demanda e “desejo de conhecimento explicativo, útil para o presente”. (CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: Eudema, 1993. p. 40). Sobre a perspectiva de Ricoeur (veja-se RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. p. 350-351).

<sup>2</sup> Ou de “historiadores não-acadêmicos”, como prefere Nicholas Lemann, que são, em geral, jornalistas. LEMANN, Nicholas. History solo: non-academic historians. *The American Historical Review*, v. 1, 100, n. 3, jun. p. 790. 1995.

<sup>3</sup> “É natural, portanto, que a visão que se tem de D. João VI, Carlota Joaquina e sua corte permaneça ainda hoje contaminada pelas disputas políticas em que se envolveram.” (GOMES, op. cit., p. 20).

<sup>4</sup> O Manual da Redação da Folha de São Paulo, um dos mais utilizados do País (e por isso uma fonte interessante para a compreensão da lógica jornalística brasileira) classifica as fontes em quatro tipos, que devem ser hierarquizadas com base em “critérios de bom senso” [...]: 1) “Fonte tipo zero – Escrita e com tradição de exatidão, ou gravada sem deixar margem a dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituições com credibilidade, videoteipes. Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação. 2) Fonte tipo um – É a mais confiável em casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade – as



informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informações seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem de outra fonte. 3) Fonte tipo dois – Tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou dois) antes de ser publicada. Fonte tipo três – A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na Folha, há dois caminhos para a informação tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não confirmada. A classificação de uma fonte varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista, a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa. Mesmo uma boa fonte zero pode conter erro de informação: a edição de 1989 da enciclopédia ‘Britannica’, por exemplo, cita o escritor argentino Adolfo Bioy Casares como brasileiro”. (FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. PubliFolha, São Paulo, 2001. p. 38). Como se percebe, os acadêmicos são frequentemente citados por Gomes como fontes de tipo 1, ou mesmo, de tipo zero.

<sup>5</sup> GOMES, op. cit., respectivamente, p. 117, 188, 232, 294, só para citar alguns exemplos.

<sup>6</sup> Devo as noções de quase personagens e intriga histórica a RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. p. 251-327. t. 1.

<sup>7</sup> Darnton, que foi jornalista do *New York Times*, descreveu suas experiências – suas, digamos, observações participantes – através das quais definiu os critérios de noticiabilidade a partir das relações construídas nas salas de redação. (Veja-se DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 91).

<sup>8</sup> Bourdieu, ao criticar os princípios de legitimidade da prática jornalística, fala da falta de autonomia desse campo em relação à esfera econômica, suas dependências para com os índices de audiência e sua venalidade aos interesses privados. (BOURDIEU, op. cit., p. 76-77).

<sup>9</sup> Existe uma distinção, muito cara à comunicação social, entre informações de “interesse público” e de “interesse do público”. As do primeiro tipo são aquelas formadas no âmbito do *bem público*, as quais, por isso, a sociedade tem **direito**. Já as do segundo tipo não se referem necessariamente a interesses sociais, circunscritas não raramente ao circunstante, curioso ou pitoresco. O jornalismo, hoje, legitima-se pelas informações de interesse público (por vezes chamadas de *hard news*) mas, notadamente, por pressões mercadológicas, joga cada vez mais com as de interesse do público (consideradas *soft news*). O caso do Manual da Redação da FSP é significativo: primeiro, devem vir as notícias que aliem interesse público e interesse do público (“interesse geral”), depois, as de interesse público (“de utilidade pública”) e, por último, as de interesse do público (que “causem

comoção”). Para uma perspectiva mais abrangente, veja-se NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.

<sup>10</sup> “Todas as reportagens devem partir do gancho jornalístico. A situação política dos Estados Unidos, por exemplo, é um tema permanente que adquire sentido atual em situações como a eleição presidencial.” (FOLHA DE SÃO PAULO, op. cit., p. 24).

<sup>11</sup> Não seria inútil lembrar que o mais interessante não é saber se tal argumento procede, isto é, se a narrativa jornalística é de fato mais acessível, mais bem-escrita (e, por isso mais bem-sucedida comercialmente?), do que a historiadora. Por ora, cabe aqui compreender tão somente a ordem do argumento, a tentativa de justificativa e a busca por legitimidade do texto de Gomes.

<sup>12</sup> Devo esse termo, assim como outros, a (WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 36). Não levo, como gostaria de já ter me feito perceber, as argumentações do autor até as últimas consequências. White é um historiador da imaginação histórica que se dedicou a estudar as condições de possibilidades linguísticas de explicação historiográfica no século XIX. Com Paul Ricoeur, não vejo contradição em utilizá-lo como contribuição para a compreensão da fase literária da operação historiográfica, entendendo a linguagem em uma relação triática na qual o referente figura ao lado de significado e significante, amarrando as proposições narrativas e as tipologias da intriga a um lugar social de produção epistemológico. Veja-se (RICOEUR, op. cit., 2007, p. 261-274).

<sup>13</sup> Sem prejuízo do chiste político, as características liberais das práticas

midiáticas e jornalísticas já foram levadas em consideração, inclusive, pelos seus mais notórios defensores. Veja-se, por exemplo, a tese de LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 67-88.

<sup>14</sup> “No mundo [que] deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economia, guerras, espetáculos, ciências etc.)” (BARTHES, Roland. *Structure du fait divers*. In: ———. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964. p. 188). A teoria da comunicação tende a usar esse conceito para a análise de fenômenos midiáticos ou notícias de tendência espetacular, desprovidas de interesse público direto, como narrativas totais, autocentradas e que se apresentam como independentes de determinações de qualquer ordem. Utilizo-a, aqui, para tentar compreender a estereotipização da figura joanina e de como ela desenvolve uma impressão de realidade com base nas sensibilidades do público-alvo, e não, na verossimilhança ou historicização dos eventos documentados.

<sup>15</sup> “Não é digno de reinar sobre nós aquele que se contenta com uma pequena refeição.” (MONTANARI, Massimo. *Alimentação. Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 38. v. 1, citando Liutprando de Cremona (século X).

<sup>16</sup> As propostas de se superar uma “história meramente política” [*mere political history*] já aparecem em (SLOANE, William M. *History and democracy. The American Historical Review*, 1, October 1895; 1, 7, 6, 2, apud LEMANN, Nicholas. *History solo: non-academic historians. The American Historical Review*, v. 1, 100, n. 3, p. 789, jun. 1995.

<sup>17</sup> Obviamente, os procedimentos metodológicos da técnica de perfil jornalístico em nada devem à carga conceitual da micro-história italiana, cujo problema central foi justamente o do trânsito entre as escalas da análise, ignorado no texto de Laurentino Gomes.

<sup>18</sup> “A segunda explicação para a loucura dos reis [aquela que a relaciona com o contexto da época] é simbólica.” (GOMES, op. cit., p. 38).

<sup>19</sup> “O contextualista avança [...] isolando algum (na verdade *qualquer*) elemento do campo histórico como assunto de estudo, seja o elemento tão amplo como a Revolução Francesa” ou tão pequeno como um dia na vida de uma determinada

peessoa. Em seguida, passa a escolher os fios que ligam o evento que vai ser explicado a diferentes áreas do contexto.” (WHITE, op. cit., p. 33). Mesmo quando os argumentos de Laurentino Gomes são claramente mecanicistas (i.e. buscam leis putativas ou explicações tendenciais), como no citado caso das explicações devidas a Eliana Cardoso, eles, na verdade foram retirados de um contexto, um palco no qual as autoridades credenciadas – economistas, cientistas sociais ou historiadores – são também atores e quase personagens da narrativa. Não deixa de ser uma forma particular que sua argumentação formal contextualista assume.

## Referências

---

- BARRETO FILHO, Mello; HERMETO, Lima. *História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.
- BARTHES, Roland. Structure du fait divers. In: \_\_\_\_\_. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: vida de D. João VI*. São Paulo: Nacional, 1943.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: Eudema, 1993.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. PubliFolha, São Paulo, 2001.
- FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. *Historia reciente: perspectivas y desafios*

- para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- HARTOG, François. *Regimes d'historicité: présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEMANN, Nicholas. History solo: non-academic historians. *The American Historical Review*, v. 1, 100, n. 3, jun. 1995.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004
- LIPPMAN, Walter. *Public opinion*. New York: MacMillan, 1922.
- MARTINS, Rocha. *O último vice-rei do Brasil*. Lisboa: Edição do Auctor; "A B C", 1922.
- MONTANARI, Massimo. Alimentação. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, p. 38. v. 1.
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.
- NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J. (Coord.). *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. t. 1.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SLOANE, William M. History and democracy. *The American Historical Review*, n. 1, october 1895.
- SODRÉ, Muniz. *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.
- TAVARES, Marcelo dos Reis. *Oliveira Lima e a fundação da nacionalidade brasileira por Dom João VI*. São Paulo: Edunesp, 2003.
- TRIGO, Luciano. O fenômeno Laurentino Gomes. 2008. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/maquinadeescrever>>. Acesso em 6 jul. 2010.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

Artigo recebido em 27 de julho de 2009 e aprovado em 20 de agosto de 2009.